

# Fundo do Unibanco poderá participar da próxima disputa

por Angela Bittencourt  
de São Paulo

O resultado do primeiro leilão de deságio para a conversão da dívida externa em capital de risco, realizado na terça-feira na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, certamente estimulará a aplicação de recursos externos no País, embora o leilão propriamente não possa ser considerado uma solução para a questão da dívida externa.

Esta é a opinião de Alberto Barreto, diretor executivo do grupo Itaú para a área internacional. Barreto, que acompanhou de perto o leilão, considerou a operação um sucesso e ressaltou a organização do evento com a coordenação considerada impecável do chefe do pregão da bolsa carioca, Danilo Ferreira.

Israel Vainboim, presidente executivo do Unibanco, lembrou a este jornal que o Fundo de Conversão Unibanco foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na semana passada, mas que não chegou a participar do primeiro leilão de deságio. Vainboim revelou que a instituição tem candidatos à conversão e a expectativa é de que no próximo leilão seu fundo tenha participação.

O presidente do Unibanco conta, ainda, que apesar do fundo de conversão não

estar a pleno vapor, as perspectivas são muito otimistas para os fundos de capital estrangeiro, que envolvem a compra de ações de empresas brasileiras com dinheiro novo.

Vainboim diz que o Brasilest II — que ainda não está fazendo subscrições — já revela um potencial significativo, da ordem de US\$ 60 milhões, segundo informações que ele recebeu ainda ontem de uma equipe de analistas que está neste momento na Europa entrando em contato com investidores.

Vainboim acredita que o próximo leilão de deságio para a conversão, que deverá ocorrer em São Paulo, mas ainda sem data marcada, não deverá ter as regras alteradas. Existe a expectativa, porém, de que o sucesso do primeiro leilão acabe levando o Banco Central a aumentar o volume de créditos a serem convertidos, acima dos atuais US\$ 150 milhões.

O presidente do Unibanco defende, também, o processo de privatização das empresas estatais. Segundo ele, não existe razão para que algumas áreas fiquem sob a responsabilidade da iniciativa privada, na medida em que o governo pode definir as regras do jogo quanto ao controle do capital.